



CISNORTE

Consórcio Intermunicipal de Saúde Norte de Minas

CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2024

Pelo presente instrumento o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE DE MINAS - CISNORTE**, entidade com personalidade jurídica de direito público, sem fins econômicos, inscrito no CNPJ sob o nº. 00.905.312/0001-44, com sede administrativa à Rod. MG 202 nº 1165, Bairro Vale Verde I, nesta cidade de Brasília de Minas/MG, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Danilo Wagner Veloso, e o **MUNICÍPIO DE PATIS/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 01.612.478/0001-35, com sede administrativa na Rua Sebastião Rocha Nº 997 Centro, Patis/MG, CEP: 39.378-000, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Valmir Moraes de Sá, celebram, celebram, entre si, **CONTRATO DE RATEIO** conforme as cláusulas e dispositivos abaixo especificados:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. Aplicam-se ao presente **CONTRATO DE RATEIO** as disposições da Lei Federal nº. 11.107/05 e do Decreto 6.017/07.

CLÁUSULA SEGUNDA. É dispensada a realização de licitação para a celebração deste **CONTRATO DE RATEIO**, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº. 8.666/93.

DO RATEIO

CLÁUSULA TERCEIRA. Para a execução do objeto do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte de Minas - CISNORTE, conforme disposto no Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio Público, Ata da Assembleia Geral do dia 06/12/2017, o Município de Patis/MG, repassará ao Consórcio a importância mensal de **R\$ 2.530,00 (dois mil, quinhentos e trinta reais)**.

CLÁUSULA QUARTA. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte de Minas - CISNORTE utilizará os valores repassados para fins de custeio de despesas com pessoal, energia, água, telefone, internet, viagens, materiais de escritório, dentre outras aprovadas pelo Conselho Deliberativo, observadas as disposições do Protocolo de Intenções do Consórcio Público e as deliberações da Assembleia Geral.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA QUINTA. As despesas decorrentes do presente **CONTRATO DE RATEIO** correrão por conta das seguintes **rubricas orçamentárias**, observada a Lei Orçamentária Anual, conforme se segue:

06.01.03.10.302.0030.2036.3.1.71.70.00-Fonte de Recurso 1500001002 - Ficha 0388

06.01.03.10.302.0030.2036.3.3.71.70.00-Fonte de Recurso 1500001002 - Ficha 0390



06.01.03.10.302.0030.3027.4.4.71.70.00 – Fonte de Recurso 1500001002 – Ficha 0392

06.01.03.10.302.0030.3028.4.5.71.70.00 – Fonte de Recurso 1500001002 – Ficha 0393

06.01.03.10.302.0030.3028.4.6.71.70.00 – Fonte de Recurso 1500001002 – Ficha 0394

CLÁUSULA SEXTA. Será excluído do consórcio público o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de **CONTRATO DE RATEIO**.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLÁUSULA SÉTIMA. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da legislação vigente o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte de Minas – CISNORTE deverá fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município de Brasília de Minas/MG, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente **CONTRATO DE RATEIO**, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA OITAVA. No caso de inadimplência o consorciado será notificado para que regularize a sua situação perante o Consórcio.

CLÁUSULA NONA. Uma vez notificado da inadimplência, e não regularizada a situação no prazo de 30 (trinta) dias corridos, suspender-se-ão os serviços do Consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 90 (noventa) dias, o ente consorciado será excluído do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte de Minas – CISNORTE mediante deliberação da Assembleia Geral, conforme previsão da Cláusula 81 e seguintes do Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A exclusão prevista na Cláusula Décima não exime o Município do pagamento dos débitos referentes ao período em que permaneceu inadimplente.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O presente **CONTRATO DE RATEIO** entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará por nove meses a contar desta, podendo ser renovado por igual ou maior período, respeitada a data limite de 31/12/2024.



DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. Fica eleito o foro da comarca de Brasília de Minas/MG para dirimir as questões decorrentes da execução do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas abaixo identificadas.

Brasília de Minas/MG, 15 de abril de 2024.


Danilo Wagner Veloso

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte de Minas – CISNORTE


Valmir Moraes de Sá

Prefeito do Município de Patis-MG.

TESTEMUNHAS:

CPF: _____

CPF: _____